



# GNR quer acelerar inquérito de corrupção

Sónia Graça

sonia.graca@sol.pt

A GNR vai pedir à PGR que acelere o inquérito que levou à detenção de militares por suspeitas de corrupção. Ministério Público garante que a intervenção da PSP na investigação foi «pontual».

A GNR vai pedir à Procuradora-Geral da República que acelere o inquérito em que são suspeitos de corrupção passiva quatro militares da instituição, detidos na semana passada pela PSP.

Ao que o SOL apurou, nos próximos dias o comando geral da GNR vai enviar ao gabinete de Joana Marques Vidal um requerimento solicitando que o processo seja concluído o mais depressa possível. O objectivo é afastar dúvidas sobre a reputação dos militares em causa – que integram uma equipa especialmente dedicada à investigação do furto de metais não preciosos –, uma vez que estes têm em mãos processos complexos e com prazos para cumprir.

A detenção dos arguidos pela PSP, na quarta-feira da semana passada, gerou mal-estar na cúpula da GNR e abriu mais uma 'guerra' entre as duas instituições. A GNR criticou a fuga de informação, que diz ter denegrido a imagem dos militares e da própria instituição, e já apresentou uma queixa por violação do segredo de Justiça.

## Queixa contra a PSP por ofensa à honra

Mas o caso pode ir mais longe. Fonte oficial do comando geral confirmou ao SOL que a GNR está disponível para constituir-se assistente, caso os militares decidam processar «os investigadores da PSP por «ofensa à honra e ao bom nome»».

Esta reacção inédita surgiu logo depois de serem conhecidas as medidas de coacção aplicadas pela juíza do Tribunal de Cascais, que decidiu libertar os arguidos. Segundo o despacho judicial, «parte dos indícios ficaram substancialmente enfraquecidos, à luz dos depoimentos prestados pelos arguidos» – que são suspeitos de terem aceitado

dinheiro de sucateiros ilegais para não os fiscalizarem.

Apesar de admitir que as imagens demonstram «um certo grau de intimidade» entre os militares e pelo menos um dos quatro ofendidos, a quem prestariam «alguma protecção», o despacho refere que os militares alegaram que esta era apenas uma «forma de o motivar a colaborar» com a equipa de investigação da GNR e que as visitas regulares a sucatas fazem parte das suas funções. A intimidade chegou ao ponto de um dos arguidos ter vendido uma

máquina de lavar a um dos sucateiros. Isto mesmo foi alegado pelo militar, quando confrontado com o facto de ter sido visto a receber dinheiro de uma vítima – segundo imagens recolhidas no local pela PSP.

## 'Reacção desproporcionada'

A juíza admitiu como «latente» o perigo de perturbação do inquérito, referindo no despacho que seria «essencial prevenir» o contacto dos arguidos com as vítimas – «que se submeteram a algum risco ao denunciar» os crimes –, pois aqueles poderão confrontá-las com as denúncias. Mas acabou por não decretar a proibição de contactos, pois esta norma implica a existência de indícios fortes do crime, o que considerou não haver.

Os arguidos, que exercem funções na GNR há 17, 26, 23 e 13 anos, ficaram sujeitos apenas a termo de identidade e residência. Este processo foi recebido como uma afronta pela GNR, que não viu com bons olhos a detenção dos militares por indícios que se revelaram enfraquecidos. «Houve má fé neste processo», comenta fonte da instituição.

A intervenção da PSP no pro-

cesso é classificada como «pontual» pela procuradora-geral distrital de Lisboa. Em resposta ao SOL, Francisca Van Dunem sublinha que a investigação foi «avocada» e conduzida «directamente» pelo Ministério Público (MP) de Cascais quando surgiram indícios de corrupção. Nesse momento, a participação da PSP «restringiu-se» a assistir o MP «na prática de actos pontuais».

«É uma reacção caricata e desproporcionada da GNR. Não foi a PSP que emitiu os mandados de detenção nem conduziu a investigação. Aliás, quem está a ser posto em causa é, em última instância, o próprio MP, que é o titular do inquérito» – disse ao SOL Henriques Figueiredo, presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Polícia.

Van Dunem prefere, porém, não comentar as críticas da GNR: «A Procuradoria distrital mantém o melhor relacionamento com todos os órgãos de polícia criminal, pelo que eventuais questões que relevem do quadro desse relacionamento são tratadas institucionalmente, pelos canais adequados».

«Quem está a ser posto em causa é o Ministério Público, que é o titular da investigação», diz um oficial da PSP



O comando geral da GNR vai apoiar os militares arguidos em eventual queixa contra a PSP